



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)


# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 17 de novembro de 2011

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Governo investigará importado suspeito .....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Água é desafio na Amazônia internacional .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Política industrial, inovação e compras governamentais .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Tombini indica mais cortes de juros .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Cem leis regulam o comércio exterior .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Governo criará cadastro positivo para exportador .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>DIÁRIO DO COMÉRCIO</b> Fazenda estuda fim de IOF em aplicações estrangeiras .....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VEJA ONLINE</b> MDIC reforçará ações sobre certificado falso de origem .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>TERRA NOTÍCIAS</b> Centro alemão vai estimular desenvolvimento científico no Brasil .....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ONLINE</b> Mercadante diz exigência de conteúdo nacional será maior em 2013 .....	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O DOCUMENTO</b> ZPE de Cáceres entra em fase de operacionalização .....	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Governo pode antecipar novas medidas anticrise .....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Governo pode antecipar novas medidas anticrise .....	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>R7</b> Governo terá linha de crédito para desenvolvimento de tecnologias para pessoas com deficiência .....	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL FATOR BRASIL</b> Parceria envolve investimentos superiores a R\$ 4 milhões em pesquisas para tecnologias mais eficientes.....	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo investigará <u>importado</u> suspeito</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior vai apurar por iniciativa própria indícios de certificado falso nas importações**

Renata Veríssimo / BRASÍLIA

Em mais uma frente para fortalecer a defesa comercial do País, o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** passará **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** vai apurar por iniciativa própria indícios de certificado falso nas **importações** 10 a abrir por iniciativa própria investigações para apurar indícios de certificado falso de origem nas **importações**. Atualmente, as investigações em curso foram solicitadas por setores da indústria brasileira.

"Estamos dispostos a abrir investigações de ofício sempre que tivermos elementos com suspeitas de fraude na certificação de origem", afirmou ao Estado a secretária de **comércio exterior do MDIC**, Tatiana Prazeres.

Ao identificar os indícios de fraude, a secretaria fará, previamente, a verificação de origem antes de autorizar os pedidos de licença de **importação**.

A possibilidade de abertura de investigação por iniciativa própria foi estabelecida em uma portaria, **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** vai apurar por iniciativa própria indícios de certificado falso nas **importações** 10 publicada ontem no Diário Oficial. "A verificação de origem não preferencial será realizada, mediante denúncia ou de ofício, na fase de licenciamento", diz o texto.

A portaria define os procedimentos específicos para a verificação da origem dos produtos **importados**.

"As licenças de **importação** não serão deferidas enquanto o processo não for concluído", explicou a secretária.

O prazo máximo para conclusão da investigação é de 180 dias.

Quando ficar comprovada a fraude, os produtos do **exportador** investigado ficam proibidos de entrar no País.

Para driblarem as sobretaxas aplicadas pelo governo nas **importações** com dumping, **exportadores** de outros países e **importadores** brasileiros se utilizam, muitas vezes, de mecanismos como a emissão de certificado de origem falso ou da chamada circunvenção (quando as peças são montadas em outros países antes de serem **exportados** para fugir da sobretaxa).

Punição. Tatiana revelou que **MDIC** também pretende punir o **importador** brasileiro que trazer para o **Brasil** produtos com falso certificado de origem.

"Estamos aperfeiçoando a portaria que suspende o registro do **importador** no Siscomex (sistema de registro do **comércio exterior**)", disse.

Para tornar as medidas de direito antidumping mais eficazes, o **MDIC** tem trabalhado para coibir as demais práticas desleais ou ilegais de **comércio exterior**.

Pela primeira vez na história, o **Brasil** proibiu este ano a entrada de produto **importado** em função de fraude na certificação do país origem. O **Ministério**, por meio de dois processos, concluiu que os ímãs de ferrite (usados em alto-falantes), com certificados de origem de Taiwan, eram, na verdade, produzidos na China.

Este ano, foram abertas 10 investigações de denúncias de certificados fraudulentos. Além dos dois já concluídos, Tatiana disse que espera concluir mais seis ainda em 2011, envolvendo dois produtos diferentes.

Os processos correm em sigilo, mas a secretária revelou que sete técnicos do governo estão esta semana em Taiwan fazendo verificações in loco do processo produtivo.

"Taiwan responde por metade das investigações abertas quando se diz respeito à declaração falsa de origem", explicou.

"Estamos conversando com as autoridades em Taiwan porque eles também não têm interesse em ficar com a imagem ligada às fraudes", informou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Água é desafio na <u>Amazônia</u> internacional</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Região formada por nove países guarda a maior reserva do planeta, mas não oferece água de qualidade**

**MARTA SALOMON, ENVIADA ESPECIAL A BELÉM - O Estado de S.Paulo**

Com mais de 40% dos seus 7,8 milhões de quilômetros quadrados já protegidos na forma de unidades de conservação ou territórios indígenas, a Amazônia guarda a maior reserva de água doce do planeta, mas não oferece água de qualidade para parte de seus 34 milhões de habitantes.

O quadro paradoxal da sustentabilidade ambiental da floresta é traçado por estudo com informações dos nove países que abrigam a Amazônia. As razões para pensar a Amazônia além das fronteiras dos países são várias: do impacto de investimentos crescentes em energia e infraestrutura ao avanço da exploração de commodities e a conservação das nascentes dos principais rios, que ficam fora do Brasil.

Entre as metas dos Objetivos do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015, a queda do desmatamento aparece entre as que podem ser alcançadas nos próximos quatro anos. Dono de mais da metade (64,3%) do território da Amazônia, o Brasil contribui com 71,8% do desmate da floresta. E puxa a contabilidade total para baixo, com a redução das taxas oficiais obtidas nos dois últimos anos, ainda que as pressões não tenham sido superadas.

Mas o estudo coordenado pelo Fórum Amazônia Sustentável e pela Articulação Regional da Amazônia aponta um conjunto maior de metas que dificilmente serão alcançadas, a começar pelo objetivo número um da ONU, que cuida de reduzir a pobreza extrema pela metade.

O estudo, divulgado ontem no Congresso sobre Cenários e Perspectivas para a Pan-Amazônia, em Belém, indica que 42% da população da Amazônia brasileira vive abaixo da linha da pobreza. Para isso, considerou renda superior aos programas de erradicação da pobreza extrema e Bolsa-Família, que tratam como indigente a família com renda abaixo de R\$ 70 mensais por pessoa.

A situação, baseada em dados oficiais disponíveis, é bem melhor que a da Bolívia, país com o pior desempenho no combate à pobreza no grupo. Considerada uma renda mínima de US\$ 0,75 por dia, a Amazônia boliviana teria 60% de seus habitantes abaixo da linha da pobreza. Apenas a Venezuela conseguiu cumprir o compromisso de reduzir à metade o percentual da população sob pobreza extrema.


Todos os países da região com dados sobre educação disponíveis têm deficiências. O acesso à escola aumentou, assim como o tempo de estudo, mas ainda é alta a taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais. No Brasil, o percentual de analfabetos nessa faixa de idade é de 11%; na Bolívia, alcança 17%.

Na saúde, cresceu o índice de mortalidade materna, deixando a realidade mais distante dos objetivos do milênio com os quais os países se comprometeram.

O estudo aponta a criação de áreas protegidas e territórios indígenas como a ação mais eficiente para conter o desmate na Amazônia, ainda que essas áreas não estejam imunes às motosserras. De acordo com a contabilidade apresentada, 41,56% da Amazônia estaria sob diferentes graus de proteção - de estações ecológicas a parques nacionais e reservas extrativistas. O percentual inclui as reservas indígenas.

Ao todo, seriam 3,2 milhões de km<sup>2</sup> de floresta nessa condição. Embora o País tenha, sozinho, quase 2 milhões de km<sup>2</sup> protegidos, o percentual é menor que o de países como Venezuela, Colômbia e Bolívia. Como no Brasil, a expansão da fronteira do agronegócio é apontada como a principal causa de desmate.

As condições de abastecimento de água e saneamento básico - prioridades da ONU - são consideradas "precárias". Na Amazônia brasileira, o abastecimento de água é adequado para 66% da população. O saneamento alcançaria pouco mais da metade (51%) da população. A situação é um pouco melhor que a média da região, onde menos de 10% têm acesso a rede de esgoto.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Política industrial, inovação e compras governamentais</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Ricardo Camargo Mendes**

Desde o lançamento da nova política industrial, "Brasil Maior", pela presidente Dilma Rousseff, no dia 2 de agosto, muito tem-se discutido sobre os possíveis impactos de atrelar o poder de compras do Estado ao **desenvolvimento** produtivo e tecnológico no país. Há também um outro debate em torno desse tema, referente à necessidade de se revisar o principal marco legal que regulamenta as compras governamentais: a Lei nº 8.666, de 1993, para que haja a possibilidade de escolha nas aquisições de certos bens e serviços pelo governo baseadas não apenas no menor preço.

Desde o lançamento da nova política industrial, "Brasil Maior", pela presidente Dilma Rousseff, no dia 2 de agosto, muito tem-se discutido sobre os possíveis impactos de atrelar o poder de compras do Estado ao **desenvolvimento** produtivo e tecnológico no país. Há também um outro debate em torno desse tema, referente à necessidade de se revisar o principal marco legal que regulamenta as compras governamentais: a Lei nº 8.666, de 1993, para que haja a possibilidade de escolha nas aquisições de certos bens e serviços pelo governo baseadas não apenas no menor preço.

A dimensão das compras governamentais no **Brasil** certamente legitima as propostas de se alavancar uma política industrial e tecnológica, premiando empresas que estejam alinhadas com os objetivos estratégicos do país. Foi com esse objetivo que, em dezembro de 2010, foi aprovada a Lei nº 12.349, alterando a Lei nº 8.666, de forma a permitir margens de preferência para bens e serviços nacionais em processos licitatórios. Entre os critérios previstos pela nova lei para possibilitar a margem de preferência, inclui-se o **desenvolvimento** e inovação tecnológica no país. Um outro mecanismo para promover inovação tecnológica por meio das compras públicas são as chamadas "encomendas tecnológicas", estabelecidas no **Brasil** pelo artigo 20 da Lei de Inovação (Lei nº 10.973 de 2004).

Programa deve premiar as empresas que estejam alinhadas com objetivos estratégicos do país

Apesar da existência prévia ao lançamento do "Brasil Maior", da possibilidade de serem feitas encomendas

tecnológicas e das margens de preferência para produtos nacionais em licitações na legislação brasileira, não era possível a utilização desses mecanismos dada a inexistência de uma regulamentação. Vale destacar que, além de tratarem de temas sensíveis por envolverem o uso de dinheiro público, há também dificuldade técnica em definir os parâmetros que tornam uma empresa, produto ou serviço aptos a usufruírem desses benefícios. Essa dificuldade fica bastante evidente pelo desafio em definir critérios básicos como "produto nacional" ou "inovação tecnológica".

Não obstante a essas dificuldades, o Projeto "Brasil Maior" elencou o destravamento do uso desses mecanismos como um de seus principais pilares. Passadas já algumas semanas desde o lançamento dessa nova política industrial, continua bastante obscuro como será feita a instrumentalização desses dois mecanismos (regulamentados pelos Decretos nº 7.539 e nº 7.546).

A começar pela margem de preferência para produtos e serviços nacionais. Em primeiro lugar, a regulamentação não definiu o que é um "produto nacional". Foi criada uma Comissão Interministerial para definir os parâmetros e critérios, conforme o setor. Ainda que a definição siga os padrões estabelecidos pelas Regras de Origem do **Mercosul**, diversos segmentos terão extrema dificuldade em cumprir com essa regra de origem, podendo tornar a política inócua, dado que não haverá empresas brasileiras aptas a produzirem "produtos nacionais" com o grau de conteúdo local exigido.

Há ainda a questão de onde sairão os recursos necessários para cobrir o custo adicional aos cofres públicos. Isso é crítico em um momento em que são feitos esforços de ajustes fiscais no país. Algumas áreas do governo, com destaque para o **Ministério** da Saúde, já trabalham com orçamentos extremamente achatados, não deixando margens para o **desenvolvimento** de política industrial e tecnológica com os seus recursos. O debate em torno da Regulamentação da Emenda 29 e a necessidade em se criar novas fontes de financiamento para a saúde parecem de certa forma contraditórios ao que se almeja com o "Brasil Maior".

Na questão das encomendas tecnológicas, o desafio está em definir o grau de inovação que o bem ou serviço

deverá incorporar para poder ser "encomendado" pelo Estado. As áreas de excelência em que as empresas brasileiras efetivamente têm capacidade de desenvolver inovações radicais são restritas. Ainda que o mecanismo permita encomendas para o **desenvolvimento** de inovações incrementais, o universo de setores que poderão ser atendidos pelas empresas brasileiras continuará restrito. Tendo em vista essas dificuldades, há segmentos que defendem uma ampliação do conceito de inovação, a fim de permitir que empresas que passem a produzir no país tecnologias já existentes no exterior também possam ser beneficiadas pelo instrumento de encomendas tecnológicas.


Enquanto o destravamento desses mecanismos não se viabiliza, alguns mecanismos menos institucionalizados para atrelar o **desenvolvimento** industrial e produtivo ao poder de compras do Estado vêm sendo utilizados. Um desses mecanismos são as chamadas Parcerias para o **Desenvolvimento** Produtivo (PDP) (também chamadas de PPPs), envolvendo empresas do setor de saúde e laboratórios públicos.

Por meio dessas parcerias, os laboratórios públicos compram transferência de tecnologia atrelada ao

fornecimento de produtos de empresas privadas. Até que se concretize a transferência tecnológica, o laboratório público fornece o produto fabricado pela empresa privada para o Sistema Único de Saúde (SUS), sem que haja a necessidade de licitação (como entidades públicas, esses laboratórios estão dispensados de seguir os trâmites licitatórios).

Há um grande potencial nessas políticas, mas é uma utopia imaginar que elas poderão alavancar todos os setores do país. É **importante** que haja uma priorização de segmentos para os quais devem ser canalizados os recursos públicos, tendo em conta a competitividade internacional das cadeias (incluindo a **produção** científica e acadêmica), o potencial de inserção externa dos bens e serviços, o custo para os cofres públicos frente a ofertantes internacionais, entre outros critérios. Onerar as compras de governo sem que haja critérios bem definidos é fazer mal uso dos recursos públicos.

Ricardo Camargo Mendes é sócio da Prospectiva Consultoria

	VEÍCULO <b>O GLOBO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Tombini indica mais cortes de juros</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Luciano Coutinho diz que crise reduziu demanda por empréstimos no BNDES**

**Gabriela Valente valente@bsb.oglobo.com.br**

**Wagner Gomes wagner.gomes@sp.oglobo.com.br**

BRASÍLIA e SÃO PAULO. No melhor estilo "eu avisei", o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fez ontem um discurso para defender todas as ações de sua gestão que foram alvo de ataques. Ele afirmou que a instituição estava certa ao começar a reduzir o juros em agosto, quando recebeu uma enxurrada de críticas. Disse que a crise internacional realmente é mais profunda do que o percebido pelos analistas e reafirmou que ainda há espaço para mais quedas de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic) e isso é compatível com a meta de 4,5% para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2012.

Para uma plateia de recém admitidos pelo BC, Tombini disse que a instituição faz uma análise profunda, completa e precisa, e, conseqüentemente, tem projeções qualificadas e condições para tomar decisões rápidas depois de cada mudança no cenário econômico. Por isso, consegue enxergar melhor o futuro.

Dado o caráter proativo das ações do Banco Central, as vezes é preciso tempo para que os cenários fiquem mais claros e corroborem as decisões tempestivas adotadas pela autoridade monetária disse.

'Confirmação do cenário antecipado', diz Tombini

Tombini lembrou o primeiro semestre deste ano, quando foi criticado por aumentar os juros. E quando avisava que a inflação deveria atingir seu pico no terceiro trimestre e se reduzir até o segundo trimestre de 2012.

A medida que novas informações são divulgadas, observa-se a confirmação do cenário antecipado por esta casa.

Já o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, admitiu ontem em São Paulo que a demanda por novos empréstimos para investimentos registrou redução com o agravamento da crise econômica internacional. Sem falar em percentuais, Coutinho disse que essa procura caiu de maneira "modesta".

Uma parte da queda foi programada. Nós fizemos deliberadamente um incentivo para que as empresas buscassem mais o setor bancário privado e o mercado. Mas uma outra parte, ainda que modesta, tem a ver com um pouco de cautela nos últimos meses em função do agravamento da crise na Europa disse após encontro com empresários brasileiros e africanos na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O presidente do BNDES disse que de 2012 a 2015 os projetos de investimentos devem totalizar R\$ 1 trilhão, considerando uma taxa de crescimento pouco abaixo de 8%. Segundo ele, a expectativa de investimentos é sólida, já que o Brasil é visto como uma economia diferenciada, com capacidade de crescimento.

Coutinho explicou que desde o fim de 2010 o governo trabalhava com uma expectativa de desaceleração da economia, que passaria de um crescimento de 7,5% para em torno de 4,5% ou 5%. E disse que a crise, talvez, tenha contribuído para um desaquecimento além do que se imaginava no terceiro trimestre e possivelmente neste quarto.

Se o desaquecimento for maior, no entanto, o nosso entendimento é que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central tomarão as medidas de reestímulo da economia brasileira afirmou



	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Cem leis regulam o <u>comércio</u> exterior</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Governo quer criar formulário único na internet para agilizar despachos

BRASÍLIA. Há mais de cem leis que regulam o comércio exterior brasileiro. A principal é dos anos 50 e é recheada de artigos contrários às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Isso é um custo para empresas e para o país, já que provoca ações judiciais. O governo quer colocar tudo num único documento e ainda bolar um mecanismo para otimizar o tempo: uma só janela na internet para o empresário preencher todas as informações necessárias de uma vez só.

- A gente precisa enxugar todo esse lixo legislativo que está aí - disse ao GLOBO Helder Chaves, da secretaria-executiva da Camex.

Colocar os procedimentos na internet para facilitar a vida dos exportadores e importadores é a principal medida estabelecida pelo Banco Mundial para agilizar o comércio. Em segundo lugar está ter apenas um balcão, ou seja, um órgão para prestar informações. Um estudo do Banco Mundial mostra que o país caiu da 120ª para 126ª posição no ranking de facilitação de comércio. Para a instituição, a criação de


um cadastro positivo de crédito foi a única reforma feita pelo Brasil no ano passado para facilitar o comércio exterior.

Enquanto isso, fontes do governo afirmam que instituições como a Infraero estão com os estoques abarrotados. A Receita Federal vetou o acesso do GLOBO aos armazéns.

- Está tudo abarrotado de carga, e não existe inteligência, como vemos em outros países. Tem órgão que quer abrir 100% da carga. Assim, é inviável competir com outros países - disse uma fonte da área econômica.

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, avalia que o sistema para importação está mais atualizado que o da exportação, mas, ainda assim, há entraves:

- A burocracia existe e é absurda. Cada órgão tem 30 dias para concluir sua etapa no processo de desembaraço.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo criará cadastro positivo para <u>exportador</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Medida integra pacote que visa a destravar burocracia. Brasil fica atrás de Ruanda em ranking de facilitação de negócios**

BRASÍLIA. Um sistema de comércio exterior à beira do colapso, devido à falta de investimentos e ao excesso de regulação, jogou o Brasil atrás de países como Ruanda, Tonga, Paraguai e Etiópia no ranking mundial dos que mais facilitam os negócios entre as nações. Para evitar um apagão no setor, o governo prepara um pacote de medidas, entre as quais a criação de uma espécie de cadastro positivo de importadores e exportadores.

O objetivo do cadastro, que faz parte do arcabouço de ações que está sobre a mesa da Câmara de Comércio Exterior (Camex) ao qual O GLOBO teve acesso, é que empresas de boa reputação pulem etapas do processo de desembaraço de mercadorias. Assim, muitas delas serão poupadas da verdadeira peregrinação em busca de carimbos de 17 órgãos diferentes.


Tempo de inspeções no Brasil é o dobro dos EUA

Enquanto na Bélgica são necessárias duas horas para liberar um carregamento, aqui, somente a Receita Federal demora pelo menos dois dias com a mercadoria. Com isso, o prazo médio, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), é de dez dias. Um

problema maior para quem negocia produtos perecíveis e depende de liminares na Justiça para fazer tudo isso antes de os produtos perderem a validade.

Aqui no Brasil, as inspeções duram muito mais tempo que na Rússia, na Índia, na China e na Argentina. Se a comparação for com Estados Unidos, Alemanha, Canadá e Reino Unido, este prazo chega a ser o dobro. E é um tempo caro e ineficiente: 70% dele são gastos para preparar documentos e conseguir liberação junto a órgãos de governo. Os 30% restantes são para transporte e movimentação portuária.

Foram quatro anos de estudo de um grupo de técnicos da Camex para analisar os processos mais modernos e propor um novo marco regulatório para o setor. O problema é que as propostas entram e saem da pauta das reuniões de um órgão enfraquecido depois de ter sido atropelado pelo Ministério da Fazenda no episódio do aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros importados.

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO COMÉRCIO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Fazenda estuda fim de IOF em aplicações estrangeiras</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**No Ministério, há defensores da medida que avaliam ser esse o momento de se retirar a trava tributária sobre o setor .**

Brasília - O governo avalia pedido da BM&FBovespa para retirar a cobrança do Imposto de Operações Financeiras (IOF) das aplicações de investidores estrangeiros em ações. As conversas com a equipe econômica estão em curso, como já revelou o presidente da BM&F, Edemir Pinto, diante de um ano repleto de dificuldades para o mercado acionário e com perspectivas não muito favoráveis para 2012. No Ministério da Fazenda, há defensores da medida que avaliam que esse é o momento de se retirar essa trava tributária para dar um impulso extra ao mercado acionário e às empresas que esperam melhores condições para abrir o capital.

O argumento dos que apoiam a mudança, segundo apurou a reportagem, é que o capital especulativo, investido em ações, também produz impacto positivo no aumento do investimento produtivo. E o que se precisa agora é deslanchar o investimento nessa fase em que o governo começou a lançar mão de novas medidas de estímulo ao crescimento econômico no ano que vem, já que em 2011 o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) será muito mais fraco do que se esperava. A cotação do câmbio, atualmente, em patamar mais elevado sustentaria também os argumentos a favor da retirada do IOF para renda variável.

Não há decisão sobre o pedido da BM&F. A escolha será bastante difícil para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que nos últimos dois anos comandou uma obstinada ofensiva de medidas para segurar a valorização do real frente ao dólar, que culminou numa queda de braço pública com a bolsa depois que o governo decidiu tributar também as operações com derivativos cambiais.

Clareza - Na avaliação dos que defendem a permanência da taxa, uma mudança agora, quando não se tem clareza da evolução da crise europeia, seria um

movimento arriscado e poderia provocar sinalizações dúbias. Nesse cenário, o melhor a fazer seria esperar mais para avaliar o comportamento do fluxo de dólares para o país. E, para estimular o crescimento, continuar avançando gradualmente na retirada das medidas macroprudenciais, com a diminuição do IOF para operações de crédito - próxima medida que poderá ser adotada pela equipe econômica.

Em outubro de 2009, o governo tomou as primeiras medidas para limitar a entrada de dólares, aumentando o IOF sobre investimento estrangeiro em ações e de títulos de renda fixa negociados no país. O IOF para aplicações em renda fixa e variável passou a ser taxado com 2%. Em 2010, o governo fez uma taxa adicional do IOF para renda fixa (primeiro para 4% e depois para 6%), mas deixou de fora do novo aumento o mercado acionário.

Para a BM&F, o quadro agora para o mercado acionário é mais difícil e o governo estaria sensível para a situação. Os dirigentes da bolsa esperam a retirada do IOF o mais rápido possível com o argumento de que quando o governo optou pela taxa, a bolsa estava em 70 mil pontos. Hoje, está em 50 mil e com cerca de 45 empresas esperando para abrir o capital. Em contrapartida, as críticas públicas da bolsa ao governo vêm diminuindo.

O ministro Mantega tem se mostrado pragmático e é com isso que os executivos da bolsa contam. A retirada do IOF para renda variável chegou a ser discutida não faz muito tempo pela equipe econômica, mas a opção foi a de manter a taxa. O ministro agora pode acabar surpreendendo novamente. (AE)

	VEÍCULO VEJA ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>MDIC reforçará ações sobre certificado falso de origem</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Por Renata Veríssimo

**Brasília - Em mais uma frente para fortalecer a defesa comercial do País, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) passará a abrir, por iniciativa própria, investigações com o objetivo de apurar indícios de certificado falso de origem nas importações. Atualmente, as investigações em curso foram solicitadas por setores da indústria brasileira.**

"Estamos dispostos a abrir investigações de ofício sempre que tivermos elementos com suspeitas de fraude na certificação de origem", afirmou, à Agência Estado, a secretária de comércio exterior do MDIC, Tatiana Prazeres. Ao identificar os indícios de fraude, a secretaria fará, previamente, a verificação de origem antes de deferir os pedidos de licença de importação.

A possibilidade de abertura de investigação por iniciativa própria foi estabelecida na portaria de número 39, publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU). "A verificação de origem não preferencial será realizada mediante denúncia ou de ofício, na fase de licenciamento de importação", diz o texto. A portaria define os procedimentos específicos para a verificação da origem dos produtos importados. "As licenças de importação não serão deferidas enquanto o processo não for concluído", explicou a secretária. O prazo máximo para conclusão da investigação é de 180 dias.


Para driblarem as sobretaxas aplicadas pelo governo nas importações com dumping, exportadores de outros países e importadores brasileiros se utilizam, muitas vezes, de mecanismos como a emissão de certificado de origem falso ou da chamada "circunvenção" (quando as peças são montadas

em outros países antes de serem exportados, para fugir da sobretaxa). Tatiana revelou que o MDIC também pretende punir o importador brasileiro que trazer para o Brasil produtos com falso certificado de origem. "Estamos aperfeiçoando a portaria que suspende o registro do importador no Siscomex (sistema de registro do comércio exterior)", disse.

Para tornar as medidas de direito antidumping mais eficazes, o MDIC tem trabalhado para coibir as demais práticas desleais ou ilegais de comércio exterior. Pela primeira vez na história, neste ano o Brasil proibiu a entrada de produto importado em função de fraude na certificação do país de origem. Neste ano, foram abertas dez investigações de denúncias de certificados fraudulentos.

Além dos dois já concluídos, Tatiana disse que espera encerrar mais seis ainda em 2011, envolvendo dois produtos diferentes. Os processos correm em sigilo, mas a secretária revelou que sete técnicos do governo estão nesta semana em Taiwan fazendo verificações in loco do processo produtivo. "Taiwan responde por metade das investigações abertas quando se diz respeito à declaração falsa de origem", explicou. "Estamos conversando com as autoridades em Taiwan porque elas também não têm interesse em ficar com a imagem ligada às fraudes", contou.

Agência Estado - Uma empresa do Grupo Estado -

	VEÍCULO TERRA NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Centro alemão vai estimular <u>desenvolvimento</u> científico no Brasil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O Centro Alemão de Inovação e Ciência de São Paulo, inaugurado nesta quarta-feira, vai reunir o que existe de mais avançado na área da pesquisa científica na Alemanha. Parceria entre os dois países quer estimular o desenvolvimento da ciência brasileira.**

A entidade quer se distanciar do mundo absolutamente teórico e se conectar mais ao universo econômico. Presente já em outros países emergentes, como Rússia e Índia, o centro vai funcionar como uma vitrine das instituições de pesquisa alemãs no Brasil.

"Essa parceria tem a missão de facilitar a participação alemã no fomento à inovação no País", disse em entrevista Ademar Cruz, chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, lembrando a tradição do país europeu em desenvolver produtos de alta tecnologia.

Segundo Cruz, a casa de pesquisa quer voltar suas atividades para um campo fundamental em qualquer nação: a economia. Reforçar a integração entre ciência e indústria no **Brasil** é uma das principais metas do governo nos próximos anos, já que a comunicação entre os centros de pesquisas das universidades e a indústria ainda é pequena.

#### **Mercado à vista**

Pesquisa e desenvolvimento de técnicas na exploração de terras raras é um ponto-chave nessa fase inicial, mencionou Cruz. O grupo especial formado por 17 metais não ferrosos e com nomes particulares, como európio e lutécio, é usado na fabricação de artigos como isqueiros, supercomputadores e painéis solares.

O **Brasil** integra a seleta lista de nações com reservas confirmadas de terras raras; a China ocupa o primeiro lugar

disparado do ranking. Índia, Estados Unidos e Austrália também possuem depósitos, segundo dados do US Geological Survey. E a pressão internacional para diversificar as fontes de abastecimento desses minérios aumenta.

Tendo em vista esse e outros setores em potencial, o centro vai construir uma "ponte de inovação" entre jovens empresas inovadoras do **Brasil** e da Alemanha, segundo a definição dos seus fundadores.

Cruz também nomeia outro setor que deve ser beneficiado: o desenvolvimento de biomaterial no Brasil. Esses materiais, sintéticos ou naturais, são usados em dispositivos médicos ou ficam em contato com órgãos e tecidos do corpo humano, como próteses e implantes.

Biomateriais são parte importante da área da saúde, usados em cerca de 300 mil produtos. "Temos um grande déficit nessa área, e isso se reflete na nossa balança comercial", acrescenta Cruz, lembrando que a produção de próteses tem potencial de expansão.

#### **Os clássicos**

O Centro Alemão de Inovação e Ciência também atua em Nova York e Tóquio. Além das tradicionais instituições de pesquisa e das universidades, a Alemanha também é conhecida por ter as empresas mais inovadoras da Europa, que também mantêm uma estreita cooperação com os Institutos Fraunhofer e a Federação Alemã de Pesquisa Industrial Otto von Guericke.

No Brasil, o governo se esforça para disponibilizar mais recursos para pesquisa e trabalha em políticas de estímulo para a inovação. Ainda assim, apenas 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do País é aplicado nesse setor.



VEÍCULO  
VALOR ONLINE

EDITORIA

TÍTULO

**Mercadante diz exigência de conteúdo nacional será maior em 2013**

ORIGEM  
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE  
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO  
NACIONAL

**BRASÍLIA - O ministro de Ciência , Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, disse há pouco que o governo já decidiu aumentar a exigência de conteúdo nacional para as indústrias automobilísticas até 2013, além dos 65% decididos em setembro.**

"O que exigimos hoje é pouco em comparação com a China que exige 90% de conteúdo nacional na indústria automobilística", disse o ministro, após a palestra "Inovação como eixo para o desenvolvimento", durante o Fórum Sebrae de Conhecimento, que ocorre até sexta-feira, em Brasília.

Mercadante defende a imposição do conceito "ferro sobre ferro", no qual a exigência de conteúdo seja imposta para toda a cadeia produtiva. "Só assim teremos conteúdo local efetivo", afirmou.


O ministro disse que é preciso o governo impor estratégias como a exigência de transferência de tecnologia para o Brasil para fortalecer a cadeia produtiva nacional, que ainda não se beneficia totalmente do fato de o país ser o quarto mercado mundial de automóveis.

Em setembro, o Imposto sobre Produto Industrializados (IPI) de veículos importados foi elevado em 30 pontos percentuais. O governo exigiu esse nível de nacionalização às montadoras, além de uma série de etapas produtivas no Brasil, como contrapartida para evitar a alta do tributo.

Em seguida, Japão, Coreia do Sul e outros países cobraram explicações na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a medida do governo brasileiro.

Mercadante defendeu a medida ao afirmar que não considera esse tipo de medida protecionismo, mas sim "defesa comercial". "O Brasil está longe de ser um país protecionista. Pelo contrário, discutimos na OMC medidas para minimizar formas de comércio predatórias", afirmou.

(Murilo Rodrigues Alves | Valor)

	VEÍCULO O DOCUMENTO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ZPE de Cáceres entra em fase de operacionalização</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Da Redação

As tomadas de providências e as estratégias para atrair investidores para as Zonas de Processamento de **Exportação** (ZPEs), foram tratadas no seminário de capacitação em Atração de Investimentos e curso de Licenciamento Ambiental, realizados recentemente em Fortaleza (CE), por iniciativa do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de **Exportação** (CNZPE). Esse conselho é composto por seis **Ministérios** e pela Secretaria Executiva do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**.

Em setembro passado, a Secretaria Executiva do **MDIC** esteve no auditório do Palácio Paiaguás, em reunião com o Governo de Mato Grosso - representado pelo secretário-Chefe da Casa Civil, José Lacerda - com o presidente da Associação da Zona de Processamento de **Exportação** de Cáceres (AZPEC), Pedro Panoff de Lacerda e com empresários de diversos segmentos, para tratar dos procedimentos de implantação da ZPE de Cáceres.

Em muitos estados, as ZPEs foram criadas, antes de 1994, e já tem constituídas suas administradoras, conforme determina a legislação antiga e atual. Em Mato Grosso, o Conselho de ZPEs considerou satisfatório os processos e cronogramas de implantação e das providências de resgate das atividades paralisadas da ZPE de Cáceres.

No seminário e curso, foram revisadas as estratégias de ampla cooperação interinstitucional para concretizar as definições de análise internacional comparativa, com o objetivo de acelerar os mecanismos operacionais, com uma integração produtiva e melhores articulações internacionais entre as ZPEs nacionais e internacionais.

As ZPEs são novos instrumentos de estímulo às **exportações**, bem como a diversificação industrial, voltados exclusivamente para o **mercado** externo na faixa percentual de 80% (percentual que será revisado em nível federal, podendo ser reduzido para 60%, ampliando a interação de

produto na faixa de 40%, pagando-se os impostos isentos na **exportação**).

O Seminário de Atração de Investimentos avaliou a Resolução CZPE nº 05/2011, que estabelece os requisitos, parâmetros básicos e roteiros para a apresentação e avaliação técnica de projetos industriais das ZPEs. Dentre as principais inovações estão: a consolidação das exigências previstas para os projetos industriais a serem instalados nas ZPEs; os critérios de avaliação técnica dos projetos industriais, destacando a natureza da atividade pretendida e o porte da empresa a ser instalada.


Outra discussão na reunião, foi a avaliação da Lei nº 12.507/2011, que alterou o parágrafo 4º do artigo 2º, prorrogando pelo período de 24 meses o prazo para comprovação do início das obras das ZPEs, criadas a partir de 23 de julho de 2007, situação em que está inclusa a ZPE de Cáceres. Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional a Medida provisória nº 540/2011, que altera a redação do artigo 25 da Lei nº 11.508/2007, para que se amplie até 31 de dezembro de 2012 o prazo para comprovação das obras de implantação.

Atualmente, a ZPE de Cáceres já está em processo adiantado de obras de terraplenagem, cercamento da área, processo de licenciamento ambiental e consolidação jurídica da ZPE.

O governador Silval Barbosa tem como meta - dentro dos planos de governo - a instalação definitiva da ZPE em Mato Grosso, com o objetivo de aumentar as **exportações**, atrair novos investimentos, gerar empregos e renda, e, principalmente, reduzir os desequilíbrios regionais. Além disso, a ZPE promoverá a utilização de novas tecnologias e o **desenvolvimento** de novas cadeias produtivas.

Estiveram presentes na reunião do Conselho Nacional de ZPE, representando Mato Grosso, o presidente da AZPEC de Cáceres, Pedro Panoff de Lacerda e o assessor especial da Casa Civil do Governo, Ilson Sanches.



	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo pode antecipar novas medidas anticrise</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Queda do compulsório, uso de reserva para financiar comércio exterior e desoneração para setores afetados pelo cenário global são alternativas se situação externa piorar**

**Eva Rodrigues**

Diante de um cenário externo que se deteriora a cada dia, o governo brasileiro deu início, em agosto, ao afrouxamento monetário e, na última semana, desmontou boa parte das medidas restritivas ao crédito implementadas no final de 2010. Ao contrário de 2008, quando demorou para reagir à crise, agora a postura tem sido de se antecipar aos efeitos de um mundo à beira da recessão.

Mas qual o próximo passo? Em caso de piora na liquidez global, o governo deve desmontar as exigências relativas a compulsório que fizeram parte do pacote de dezembro do ano passado, usar as reservas ou mesmo fazer uso dos bancos oficiais para injetar liquidez no mercado. Para o aquecimento da demanda doméstica também está na mira um maior ritmo e alongamento do ciclo de corte nos juros básicos.

No curto prazo, e sem graves problemas de liquidez, o governo deve aguardar os efeitos da retirada das travas ao crédito, que na prática tem o efeito de um corte nos juros- quando todo o pacote de contenção de crédito foi lançado em 2010 o mercado estimou que equivaleria a uma alta entre 0,50 e um ponto percentual na Selic. Com o desmonte parcial do pacote, a contribuição deve ser menor. De qualquer maneira, a iniciativa talvez ajude a remover as crescentes expectativas de que os cortes nos juros poderiam vir mais fortes daqui em diante.

O susto com a Itália na semana passada parece ter sido crucial para os novos passos do governo.

"É muito complicado arregimentar o montante de dinheiro necessário tendo em vista o tamanho da dívida italiana.

E esse cenário externo complexo explica as ações do governo aqui dentro para evitar uma desaceleração mais forte da economia, e aí se enquadram o corte nos juros e as medidas de crédito", diz o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio Leal, que não descarta em situação extrema

o uso de bancos oficiais, como o Banco do Brasil e o BNDES, para garantir liquidez ao mercado. "A grande dúvida é se esses movimentos são compatíveis com a convergência da inflação para a meta de 4,5% (leia matéria ao lado).

Além de acelerar o ritmo e ampliar o ciclo de corte de juros em caso de piora das condições globais, o economista-chefe da Votorantim Corretora, Roberto Padovani, vê como instrumentos à mão do governo o desmonte do aperto nos compulsórios, assim como as reservas, que em 2008 foram usadas para o financiamento do comércio exterior.

"Do lado fiscal, o governo tem menos espaço, mas pode escolher setores mais fortemente prejudicados para conceder desonerações", pondera.

O momento de pouca clareza, explica Padovani, pede atitudes paulatinas conforme a conjuntura de curto prazo. "Num ambiente de muitas incertezas e informações escassas não dá para ser muito arrojado, é melhor caminhar devagar." Momento paradoxal O professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), Rogério Mori, destaca o momento paradoxal pelo qual passa o Brasil: de um lado, a atividade desaquecida, que encontra a resposta mais direta na baixa produção industrial; e de outro, o mercado de trabalho apertado e com dificuldade até para a contratação de temporários no final do ano, o que mantém pujante o setor de serviços.

"É uma situação assimétrica que o Banco Central deve olhar com cuidado. De todo modo, num cenário de piora externa que se reflita aqui eu não descarto a possibilidade de que o atual ciclo de corte nos juros leve a Selic ao patamar de 8,75%, assim como desonerações setoriais para os segmentos mais afetados pela crise", avalia.

Se o próximo corte de juros for de 0,50 ponto percentual, os juros básicos da economia voltam para 11%, o que significa o desmonte de toda a alta verificada no primeiro semestre do ano. "O alívio do crédito na semana passada também trará algum estímulo à atividade doméstica e alinha-se a uma política que vem sendo implementada pelo BC de não usar apenas o instrumento de juros", diz o economista do Santander, Cristiano Souza, que espera como



próximos passos do governo o afrouxamento nos compulsórios dos bancos.

### **PIB BRASILEIRO**

3,5% é a projeção do banco ABC Brasil para o crescimento da economia em 2012.

Crise externa pode trazer viés de baixa à taxa.


### **TERCEIRO TRIMESTRE**

-0,2% é a queda do **PIB** para o terceiro trimestre esperada pelo Santander.

Para o quarto trimestre, a projeção é de estabilidade.

Roberto Padovani, Economista-chefe da Votorantim Corretora

"Do lado fiscal o governo tem menos espaço, mas pode escolher setores mais fortemente prejudicados para conceder desonerações"

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo pode antecipar novas medidas anticrise</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Queda do compulsório, uso de reserva para financiar comércio exterior e desoneração para setores afetados pelo cenário global são alternativas se situação externa piorar**

**Eva Rodrigues**

Diante de um cenário externo que se deteriora a cada dia, o governo brasileiro deu início, em agosto, ao afrouxamento monetário e, na última semana, desmontou boa parte das medidas restritivas ao crédito implementadas no final de 2010. Ao contrário de 2008, quando demorou para reagir à crise, agora a postura tem sido de se antecipar aos efeitos de um mundo à beira da recessão.

Mas qual o próximo passo? Em caso de piora na liquidez global, o governo deve desmontar as exigências relativas a compulsório que fizeram parte do pacote de dezembro do ano passado, usar as reservas ou mesmo fazer uso dos bancos oficiais para injetar liquidez no mercado. Para o aquecimento da demanda doméstica também está na mira um maior ritmo e alongamento do ciclo de corte nos juros básicos.

No curto prazo, e sem graves problemas de liquidez, o governo deve aguardar os efeitos da retirada das travas ao crédito, que na prática tem o efeito de um corte nos juros- quando todo o pacote de contenção de crédito foi lançado em 2010 o mercado estimou que equivaleria a uma alta entre 0,50 e um ponto percentual na Selic. Com o desmonte parcial do pacote, a contribuição deve ser menor. De qualquer maneira, a iniciativa talvez ajude a remover as crescentes expectativas de que os cortes nos juros poderiam vir mais fortes daqui em diante.

O susto com a Itália na semana passada parece ter sido crucial para os novos passos do governo.

"É muito complicado arregimentar o montante de dinheiro necessário tendo em vista o tamanho da dívida italiana.

E esse cenário externo complexo explica as ações do governo aqui dentro para evitar uma desaceleração mais forte da economia, e aí se enquadram o corte nos juros e as medidas de crédito", diz o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio Leal, que não descarta em situação extrema

o uso de bancos oficiais, como o Banco do Brasil e o BNDES, para garantir liquidez ao mercado. "A grande dúvida é se esses movimentos são compatíveis com a convergência da inflação para a meta de 4,5% (leia matéria ao lado).

Além de acelerar o ritmo e ampliar o ciclo de corte de juros em caso de piora das condições globais, o economista-chefe da Votorantim Corretora, Roberto Padovani, vê como instrumentos à mão do governo o desmonte do aperto nos compulsórios, assim como as reservas, que em 2008 foram usadas para o financiamento do comércio exterior.

"Do lado fiscal, o governo tem menos espaço, mas pode escolher setores mais fortemente prejudicados para conceder desonerações", pondera.

O momento de pouca clareza, explica Padovani, pede atitudes paulatinas conforme a conjuntura de curto prazo. "Num ambiente de muitas incertezas e informações escassas não dá para ser muito arrojado, é melhor caminhar devagar." Momento paradoxal O professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), Rogério Mori, destaca o momento paradoxal pelo qual passa o Brasil: de um lado, a atividade desaquecida, que encontra a resposta mais direta na baixa produção industrial; e de outro, o mercado de trabalho apertado e com dificuldade até para a contratação de temporários no final do ano, o que mantém pujante o setor de serviços.

"É uma situação assimétrica que o Banco Central deve olhar com cuidado. De todo modo, num cenário de piora externa que se reflita aqui eu não descarto a possibilidade de que o atual ciclo de corte nos juros leve a Selic ao patamar de 8,75%, assim como desonerações setoriais para os segmentos mais afetados pela crise", avalia.

Se o próximo corte de juros for de 0,50 ponto percentual, os juros básicos da economia voltam para 11%, o que significa o desmonte de toda a alta verificada no primeiro semestre do ano. "O alívio do crédito na semana passada também trará algum estímulo à atividade doméstica e alinha-se a uma política que vem sendo implementada pelo BC de não usar apenas o instrumento de juros", diz o economista do Santander, Cristiano Souza, que espera como

próximos passos do governo o afrouxamento nos compulsórios dos bancos.

### **PIB BRASILEIRO**

3,5% é a projeção do banco ABC Brasil para o crescimento da economia em 2012.

Crise externa pode trazer viés de baixa à taxa.


### **TERCEIRO TRIMESTRE**

-0,2% é a queda do **PIB** para o terceiro trimestre esperada pelo Santander.

Para o quarto trimestre, a projeção é de estabilidade.

Roberto Padovani, Economista-chefe da Votorantim Corretora

"Do lado fiscal o governo tem menos espaço, mas pode escolher setores mais fortemente prejudicados para conceder desonerações"

	VEÍCULO R7	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo terá linha de crédito para <u>desenvolvimento</u> de tecnologias para pessoas com deficiência</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**O Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, batizado pelo governo como Viver sem Limite, que será lançado amanhã (17), pela presidenta Dilma Rousseff, vai incluir uma linha de crédito de R\$ 150 milhões da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) para pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tecnologias assistivas.**

Do valor previsto para desembolso em três anos, R\$ 90 milhões serão destinados a empréstimos (com juros de 4% ao ano) a empresas que queiram dominar tecnologias e criar produtos como próteses ortopédicas, leitores de braille e cadeiras de rodas com interação com o cérebro da pessoa com deficiência.

Além do dinheiro para empréstimos, R\$ 30 milhões ficarão disponíveis para subvenção de inovações de risco tecnológico alto e retorno financeiro incerto. Outros R\$ 30 milhões, também não reembolsáveis, serão destinados a projetos desenvolvidos em parceria com universidades e centros de pesquisa.

A intenção do governo com o plano Viver sem Limite é favorecer a inclusão social e produtiva de pessoas com deficiência. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, disse, abrir hoje (16), em Brasília, o 1º Fórum Sebrae de Conhecimento, que "nós temos que começar a produzir esses equipamentos e dar mobilidade e alternativa".

- O fato de a pessoa ter uma deficiência faz com que ela desenvolva outras habilidades".


O plano do governo "é muito ambicioso", considera Mercadante. Segundo ele, "temos que começar a pensar a tecnologia para aqueles que precisam, a tecnologia de pequena escala que protege o indivíduo". De acordo com o ministro, "é a essa tecnologia que o governo tem que dar ênfase, não apenas aos grandes complexos econômicos".

O desenvolvimento de tecnologias assistivas também pode ser economicamente estratégico. O Brasil tem déficit comercial em produtos e equipamentos para mobilidade, tratamento e acessibilidade de pessoas com deficiência. Só no caso de próteses e órteses, o déficit na balança comercial é US\$ 70 milhões anuais, de acordo com o Superintendente de Tecnologias para Desenvolvimento Social da Finep, Maurício França. Ele lembra que, com o crescimento do número de acidentes de trânsito e o envelhecimento da população, a demanda por esse tipo de tecnologia aumentará.

Afora o financiamento da Finep, o governo vai subsidiar a compra de próteses e equipamentos para pessoas de baixa renda. Um catálogo de 1,6 mil produtos para idosos e pessoas com deficiência visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla estará disponível no portal eletrônico .

Mercadante afirmou que "tudo que há no mundo em termos de equipamentos para pessoas com deficiência vai estar nesse portal que estamos lançando amanhã". O portal foi desenvolvido em cooperação com os Estados Unidos e nove países europeus, e o ITS Brasil (Instituto de Tecnologia Social).

Segundo dados do Censo 2010, divulgados hoje, 6,7% da população brasileira (mais de 17,7 milhões de pessoas) têm alguma deficiência considerada "severa" pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

	VEÍCULO <b>PORTAL FATOR BRASIL</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Parceria envolve investimentos superiores a R\$ 4 milhões em pesquisas para tecnologias mais eficientes</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Em sintonia com seu DNA e seu histórico de pioneirismo e inovação, a Fiat e a FPT Industrial assinaram hoje um acordo com o Inmetro para uma parceria no desenvolvimento de tecnologias mais eficientes para processos produtivos, combustíveis, motores e transmissões. O documento também foi assinado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel.**

O objetivo da iniciativa é promover a cooperação técnico-científica, no intercâmbio de informações técnicas e na realização conjunta de programas de apoio à pesquisa e desenvolvimento em Combustíveis e Lubrificantes, Materiais e Nanotecnologia, Prestação de Serviços e Aprendizado. Mais de R\$ 4 milhões serão investidos para a realização das pesquisas. O acordo é uma evolução do protocolo de intenções assinado em fevereiro.

Entre os programas a serem desenvolvidos por meio desta parceria estão a aplicação de óleo vegetal in natura (SVO) como combustível para motores do ciclo diesel e a pesquisa de novas tecnologias de fluidos de corte integral a serem utilizadas no processo de usinagem das engrenagens das transmissões.

Além disso, o acordo prevê ainda a caracterização de um veículo comercial equipado com motor movido a biodiesel B30; a eliminação da fosfatização em componentes da transmissão C513, reduzindo os riscos de impactos ambientais no processo produtivo; a redução do tempo para obtenção do catalisador degradado, por meio da caracterização físico-química deste componente; e o estudo de alternativas para redução do atrito interno em motores da família Fire.

O acordo prevê também cursos ministrados pelo Inmetro para engenheiros da Fiat Powertrain e FPT Industrial e visitas técnicas. Os engenheiros envolvidos no

projeto utilizarão os laboratórios e equipamentos do Inmetro.

Durante a solenidade de assinatura do acordo, o ministro Fernando PIMentel disse: "Precisamos incorporar cada vez mais conhecimento científico à produção. É isto que este convênio representa: a capacidade de respondermos a uma demanda efetiva da indústria. Temos que trazer a competição para os laboratórios de pesquisa. Este é o caminho para tornarmos o Brasil a potência que queremos".

O presidente da Fiat-Chrysler para a América Latina, Cledorvino Belini, destacou o esforço do ministro e do governo brasileiro para consolidar os investimentos em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico como bases para a inovação e a competitividade industrial. "Este acordo é apenas o primeiro passo de uma longa caminhada que pretendemos realizar em conjunto com o Inmetro. Entre os projetos a serem desenvolvidos no futuro, está o desenvolvimento de um motor do Ciclo Otto que apresente uma melhoria significativa de eficiência energética e a criação de um programa de incentivo à formação de jovens engenheiros para atuação prioritária no setor automotivo", afirma Cledorvino Belini, presidente do Grupo Fiat/Chrysler para a América Latina.

Assinatura - A cerimônia de assinatura do termo foi realizada no dia 16 de novembro (quarta-feira), na fábrica da Fiat Automóveis, em Betim. O evento contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, além dos executivos Belini, Paolo Ferrero, diretor de Engenharia Powertrain da Fiat/Chrysler América Latina, Giuseppe Mosca, diretor adjunto de Recursos Humanos da Fiat/Chrysler na América Latina, e Romeu Daroda, coordenador de projetos do Inmetro.

"A parceria representa uma contribuição direta do Inmetro no processo de inovação da indústria automobilística, visando à sua maior competitividade. Por outro lado, para o Inmetro, a parceria significa uma **importante** experiência prática para refinar seus mecanismos de apoio às empresas brasileiras, com ênfase na inovação pela incorporação de conteúdos científicos e tecnológicos", resumiu o presidente do Inmetro, João Jornada. Ele destacou que a iniciativa se insere no Plano **Brasil** Maior, que traça o alinhamento da política industrial brasileira e dá ênfase à inovação e à pesquisa científica tecnológica como fundamentos da competitividade.